DIRETRIZES PARA O FORTALECIMENTO DO ENSINO TÉCNICO E DO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

VERSÃO RESUMIDA 2026 - 2027

Preparado por:
Coordenadoria de Ensino Técnico e Superior

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Governo do Estado de São Paulo

Tarcísio Gomes de Freitas
Governador

Vahan Agopyan
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

Stephanie Yukie Hayakawa da Costa
Secretária-Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação

Ana Claudia M. Bellotti
Chefe de Gabinete

André Carlos Busanelli de Aquino
Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Marcos Nogueira Martins
Coordenador de Ensino Técnico e Superior

Marcelo Caldeira Pedroso
Coordenador de Ambientes de Inovação

Sirlei José Gonçalves
Coordenador de Programas

Elaboração Técnica
Rodrigo Masteguim Pimenta

Texto e Revisão
Rodrigo Masteguim Pimenta
Lucas Rodrigues de Souza Santos
Diogo Salvador

Projeto Gráfico
Lucas Rodrigues de Souza Santos

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

Estabelecida em janeiro de 2023, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI) tem o papel de formular, implantar e coordenar a execução de políticas públicas voltadas à promoção da pesquisa e da inovação tecnológica, bem como ao ensino superior. Atua, também, por meio do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", na oferta de ensino técnico, tecnológico e profissionalizante.

Missão

Promover ciência, tecnologia, inovação e ensino superior como pilares do desenvolvimento sustentável de São Paulo.

Visão

Ser referência nacional e internacional na condução de políticas públicas que transformam conhecimento em soluções, impulsionando um ecossistema dinâmico de inovação, educação e desenvolvimento para todos os paulistas.

Valores

Excelência pública, educação transformadora, colaboração e articulação, inclusão e visão de futuro para o cidadão.

APRESENTAÇÃO

As diretrizes para o fortalecimento do ensino técnico e do ensino superior de São Paulo, elaboradas pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, representam um passo estratégico essencial para aprimorar a educação superior paulista nos próximos anos. Por meio deste documento, identificamos os avanços obtidos, os desafios atuais e as oportunidades para consolidar e expandir o papel das instituições públicas de ensino superior na formação de talentos e na geração de conhecimento para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Vahan Agopyan, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo

A educação superior e a técnica exercem um papel decisivo na promoção da competitividade, da inovação e da equidade social em São Paulo e no Brasil. Elas qualificam a força de trabalho, impulsionam a pesquisa, a geração e a transferência de tecnologias e fortalecem a capacidade do país de responder aos desafios contemporâneos com soluções criativas e eficazes.

Este documento reforça nosso compromisso com uma gestão pública eficiente, transparente e orientada por evidências, alinhada às necessidades da sociedade paulista. É um instrumento que guiará decisões estratégicas, possibilitando ações coordenadas e eficazes para uma educação superior inclusiva, inovadora e de excelência.

Contamos com o engajamento de toda a comunidade acadêmica, gestores públicos e sociedade civil para juntos alcançarmos os objetivos estratégicos aqui apresentados.

Esta é a **versão resumida das diretrizes**, produzida com o objetivo de ampliar seu alcance entre diferentes públicos. Leitores interessados em análises mais detalhadas, gráficos e indicadores podem consultar o documento completo, disponível nos canais oficiais da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

VERSÃO ELABORADA EM: 09/02/2026

SUMÁRIO

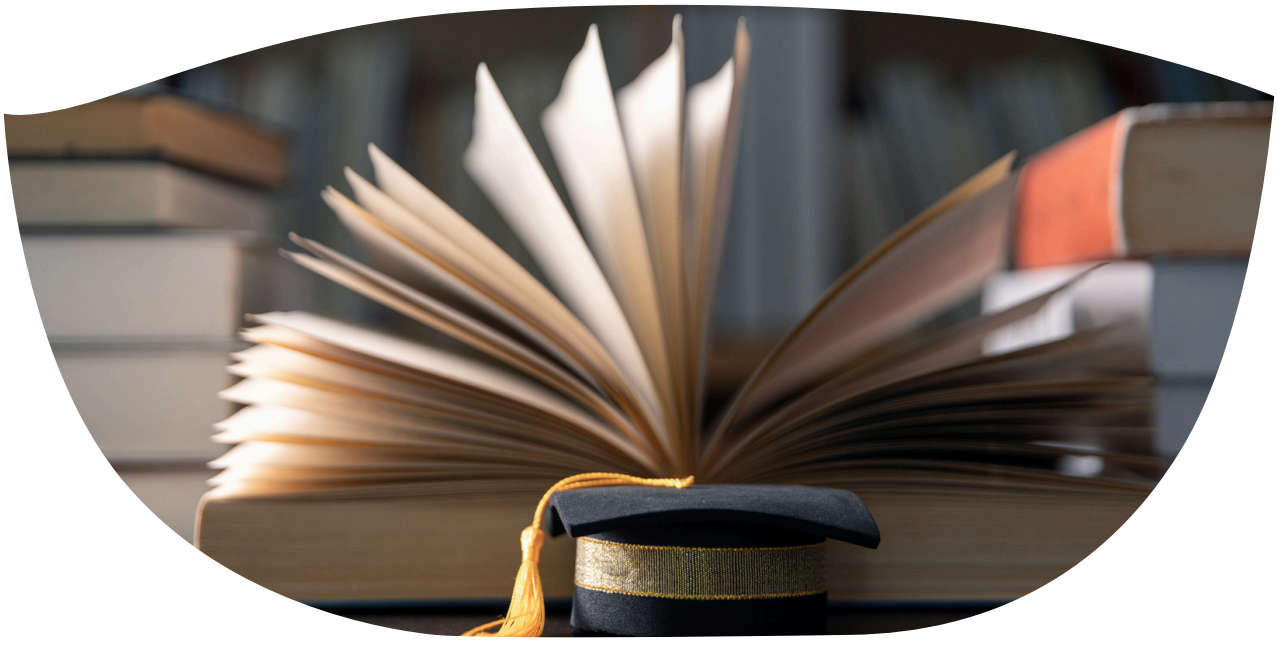
Resumo Executivo..... 1

De onde viemos?..... 4

Onde estamos? 7

Quais desafios precisamos enfrentar? 16

Para onde vamos?..... 22



RESUMO EXECUTIVO

Diretrizes para o Fortalecimento do Ensino Técnico e do Ensino Superior do Estado de São Paulo (2026–2027)

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, elaborou este conjunto de diretrizes com o objetivo de consolidar uma estratégia para o fortalecimento do ensino técnico e superior entre os anos de 2026 e 2027. Embora o período seja relativamente curto em termos educacionais, o documento busca orientar ações imediatas e servir como base para iniciativas futuras.

Trata-se de um documento orientador, que parte de um diagnóstico aprofundado da trajetória, da situação atual e dos principais desafios do sistema educacional paulista, oferecendo objetivos estratégicos, recomendações e ações para garantir educação de qualidade, equitativa e alinhada ao desenvolvimento do Estado. Este resumo executivo apresenta uma visão sintética das análises e propostas contidas nas diretrizes, seguindo a estrutura metodológica do documento original.

De onde viemos?

São Paulo construiu, ao longo das últimas décadas, um ecossistema público robusto de ensino superior e técnico. A criação de instituições como a USP (1934), a Unicamp (1966), a Unesp (1976), o Centro Paula Souza (1969) e a FAPESP (1962) estruturou um modelo inovador de educação voltado para a excelência acadêmica, a pesquisa, a inovação e a formação profissional.

As Instituições Municipais de Ensino Superior, criadas a partir da segunda metade do século XX, ampliaram esse ecossistema e contribuíram para a interiorização e a diversificação da oferta pública. A criação da Univesp (2012) consolidou o uso estratégico da educação a distância pública. Além disso, o marco da autonomia universitária (1989) sustentou a consolidação institucional do sistema educacional paulista, com forte presença territorial e alto impacto nacional.

Onde estamos?

O Estado de São Paulo abriga instituições públicas que figuram entre as mais produtivas do país. As universidades estaduais apresentam indicadores elevados de desempenho acadêmico e científico. As Fatecs e Etecs ampliaram sua presença regional e se tornaram referência na formação técnica e tecnológica. A Univesp se expandiu com velocidade, interiorizando a oferta de ensino superior público digital.

Apesar dos avanços, o sistema enfrenta importantes tensões: desigualdades regionais no acesso; fragilidade da formação básica; permanência estudantil; concentração de matrículas no setor privado de EaD, com qualidade frequentemente insuficiente; e sub-representação das universidades federais em São Paulo.

Quais desafios precisamos enfrentar?

As diretrizes identificam seis grandes desafios para o fortalecimento do ensino técnico e superior em São Paulo, tratados e aprofundados ao longo do documento:

1. Qualidade do ensino nas redes pública e privada;
2. Formação e valorização docente;
3. Permanência estudantil;
4. Desigualdades territoriais e de acesso;
5. Integração entre ensino médio, técnico e superior;
6. Financiamento e sustentabilidade institucional.

Esses desafios exigem ações estruturantes e coordenadas entre diferentes instituições, níveis de governo e setores sociais.

Para onde vamos?

As Diretrizes para o Fortalecimento do Ensino Técnico e do Ensino Superior propõem uma agenda estratégica articulada em **quatro objetivos estratégicos**, voltados ao aprimoramento da educação pública paulista no período de 2026 a 2027:

1. **Expandir a oferta pública de educação superior**, presencial e a distância, com infraestrutura e novas vagas;
2. **Oferecer formação técnica e tecnológica de excelência**, alinhada ao desenvolvimento produtivo;
3. **Impulsionar pesquisa, inovação e extensão universitária**, com projetos e bolsas;
4. **Assegurar o acesso e a permanência estudantil**, por meio de assistência estudantil, alimentação e bolsas.

Cada um dos quatro objetivos estratégicos é detalhado no documento por meio de **ações estratégicas, indicadores e metas associadas ao Plano Plurianual do Governo do Estado de São Paulo**, além de estarem alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, reforçando o alinhamento institucional e a viabilidade de implementação das diretrizes propostas.

Para orientar a concretização desses objetivos, o documento também apresenta um conjunto de **10 recomendações técnicas e políticas**:

1. Manter o financiamento das universidades estaduais com base no modelo da autonomia;
2. Ampliar a rede pública de formação técnica e tecnológica;
3. Reforçar a oferta pública de ensino superior à distância;
4. Fortalecer a permanência nos cursos públicos à distância de formação de professores;
5. Fortalecer o ensino médio público como parte essencial da trajetória educacional;
6. Garantir condições de permanência no ensino superior universitário e tecnológico;
7. Compartilhar recursos de infraestrutura entre o Centro Paula Souza e a Univesp;
8. Estruturar planos de carreira, desenvolvimento e avaliação para docentes das instituições estaduais;
9. Ampliar a diversidade e consolidar as ações afirmativas no ensino público estadual;
10. Construir articulação entre instituições públicas e privadas.

De onde viemos?

Para planejar o futuro, é preciso compreender como chegamos até aqui. O sistema público de ensino técnico e superior de São Paulo é resultado de escolhas institucionais e políticas que moldaram, ao longo de décadas, um ecossistema educacional robusto e diverso.

O percurso desse sistema é retratado em uma linha do tempo que reúne as iniciativas e instituições que moldaram a educação superior e técnica paulista. Desde a fundação da Universidade de São Paulo (USP) até a criação da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), passando pela interiorização do ensino superior e o surgimento das universidades municipais, o fortalecimento da educação técnica, a conquista da autonomia universitária e a atuação estratégica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no fomento à ciência e à inovação.

1934 – Criação da USP

A criação da Universidade de São Paulo marcou o início do sistema público de ensino superior no estado. A USP integrou ensino, pesquisa e extensão e reuniu escolas já consolidadas, como a Faculdade de Direito do Largo São Francisco e a Escola Politécnica. Com forte presença de intelectuais estrangeiros, a universidade consolidou São Paulo como referência nacional em educação superior e inaugurou um novo ciclo de institucionalização no setor.

Anos de 1950 – Criação das Universidades Municipais

A partir dos anos 50, diversos municípios paulistas criaram suas próprias instituições públicas de ensino superior, ampliando a interiorização e a diversidade do sistema educacional paulista. As Instituições Municipais de Ensino Superior (IMES) surgiram da articulação entre o poder local e o governo federal, respondendo à demanda por formação qualificada e desenvolvimento regional. Atualmente, 27 IMES espalhadas pelo estado oferecem centenas de cursos e têm mais de 35 mil matrículas.

1962 – Criação da FAPESP

A FAPESP se tornou um dos pilares do sistema paulista de ciência e tecnologia. Financiada por uma fração fixa da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a FAPESP assegura estabilidade para apoiar pesquisas de excelência, infraestrutura científica e inovação, contribuindo decisivamente para o fortalecimento das universidades e institutos de pesquisa paulistas.

1966 – Criação da Unicamp

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi criada com foco em pesquisa, ciência e inovação, e rapidamente se consolidou como centro de excelência acadêmica. Com forte presença nas áreas biomédicas, exatas e tecnológicas, manteve diálogo estreito com o setor produtivo e regional. Sua fundação reforçou o movimento de interiorização do ensino superior público, ampliando o acesso à educação de qualidade fora da capital.

1969 – Criação do CEETEPS

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) unificou e ampliou a rede pública de educação técnica e tecnológica em São Paulo. Responsável pelas Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs), tornou-se referência nacional na formação profissional, com forte inserção territorial e diálogo com o mercado de trabalho. Sua expansão foi decisiva para interiorizar a educação técnica e atender às demandas regionais por qualificação.

1976 – Criação da Unesp

A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) nasceu da integração de faculdades já existentes no interior, estruturando uma universidade multicampi com forte presença regional. Com unidades em diversas cidades, ampliou o acesso ao ensino superior público e diversificou a formação em áreas como educação, saúde, agrárias, engenharias e ciências humanas. Tornou-se um dos principais vetores da interiorização universitária em São Paulo.

1989 – Autonomia Universitária

A autonomia acadêmica, administrativa e financeira garantida às universidades estaduais paulistas marcou um ponto de virada em sua consolidação institucional. Com orçamento próprio vinculado ao ICMS, as universidades passaram a planejar com mais liberdade e eficiência, resultando em crescimento das matrículas, avanço na pós-graduação e maior produtividade científica.

2001 – Proposta de Expansão do CRUESP

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) apresentou, em 2001, uma proposta estratégica de expansão coordenada do ensino superior público estadual. O documento previa aumento de vagas, novos campi e cursos voltados à formação de professores. A proposta impulsionou iniciativas como a criação da USP Leste, novas unidades da Unesp e a ampliação do sistema das Fatecs.

2005 – Plano Diretor 2006–2020

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico elaborou, em 2005, um Plano Diretor com metas de longo prazo para o ensino superior em São Paulo. Voltado à integração entre setores público e privado, o plano previa a formação de grupos interinstitucionais e um comitê executivo. Apesar de não plenamente implementado, deixou um legado técnico que inspira as diretrizes atuais.

Onde estamos?

Antes de definir novos rumos, é fundamental compreender a situação atual do ensino técnico e superior em São Paulo. Isso envolve não apenas dados, mas também o papel das instituições públicas na formação e na redução das desigualdades.

O Estado de São Paulo reúne universidades altamente produtivas, uma rede técnica com forte inserção territorial e uma universidade digital em expansão. Apesar disso, persistem desafios como desigualdade e fragilidades na base educacional, domínio da Educação a Distância (EaD) privada com baixa qualidade e a sub-representação das entidades federais em São Paulo.

Desigualdades e Fragilidades na Base Educacional

As deficiências na formação básica, especialmente no ensino médio, impactam diretamente o desempenho dos estudantes no ensino técnico e superior. Alunos da rede pública têm níveis de aprendizagem significativamente mais baixos que os da rede privada, sobretudo em matemática. Além disso, uma parcela significativa da população jovem que deveria estar na escola permanece fora dela, o que aprofunda as barreiras de acesso e permanência na educação e limita as possibilidades de mobilidade social por meio da educação.

A Figura 1 apresenta a porcentagem de estudantes da 3ª série do ensino médio com aprendizagem adequada no Brasil, conforme os dados do SAEB. Em 2023, apenas 32,4% dos alunos da rede pública atingiram o nível considerado adequado em língua portuguesa, e somente 5,2% em matemática. Na rede privada, os percentuais foram de 66,7% e 30,5%, respectivamente. Os resultados revelam desigualdades expressivas entre as redes e um desempenho insatisfatório em matemática em todo o sistema, inclusive entre estudantes do setor privado. Esses dados demonstram que os desafios de aprendizagem são profundos, reforçando a urgência de políticas estruturantes voltadas à melhoria da base educacional.

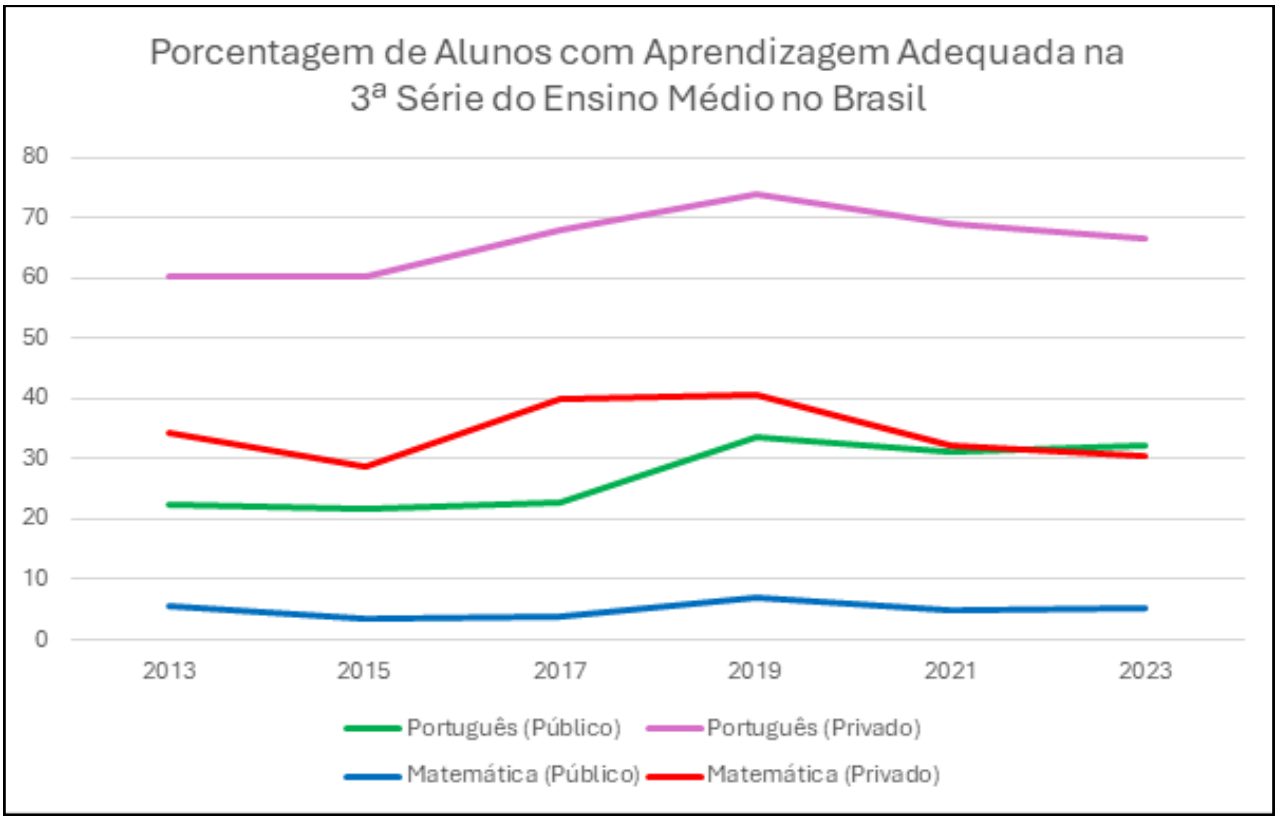


Figura 1 – Porcentagem de alunos com aprendizagem adequada na 3ª série do ensino médio no Brasil.

Note que a escala vertical não termina em 100%, para facilitar a visualização. Elaboração com base em gráficos do estudo Aprendizagem na Educação Básica: a situação brasileira no pós-pandemia, do Todos Pela Educação. Fonte: INEP / Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 2023.

Etecs: Pilar Estratégico da Educação Profissional Paulista

As Escolas Técnicas Estaduais (Etecs), coordenadas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), formam a principal rede pública de ensino técnico de nível médio em São Paulo. Com presença em todas as regiões e forte articulação com os arranjos produtivos locais, exercem papel central na qualificação profissional de jovens e adultos.

Entre 2019 e 2025, a rede cresceu de 501 para 617 unidades e de 178 para 259 cursos técnicos. Em 2025, atende mais de 224 mil alunos, com quase 13 mil docentes.

As Etecs se destacam também pela qualidade. Figuram entre as melhores escolas públicas do país em indicadores como o Ideb e o Saeb. Dados do Saeb 2021 confirmam esse bom desempenho: as Etecs superaram as médias das escolas estaduais paulistas e da média nacional, tanto em língua portuguesa quanto em matemática:

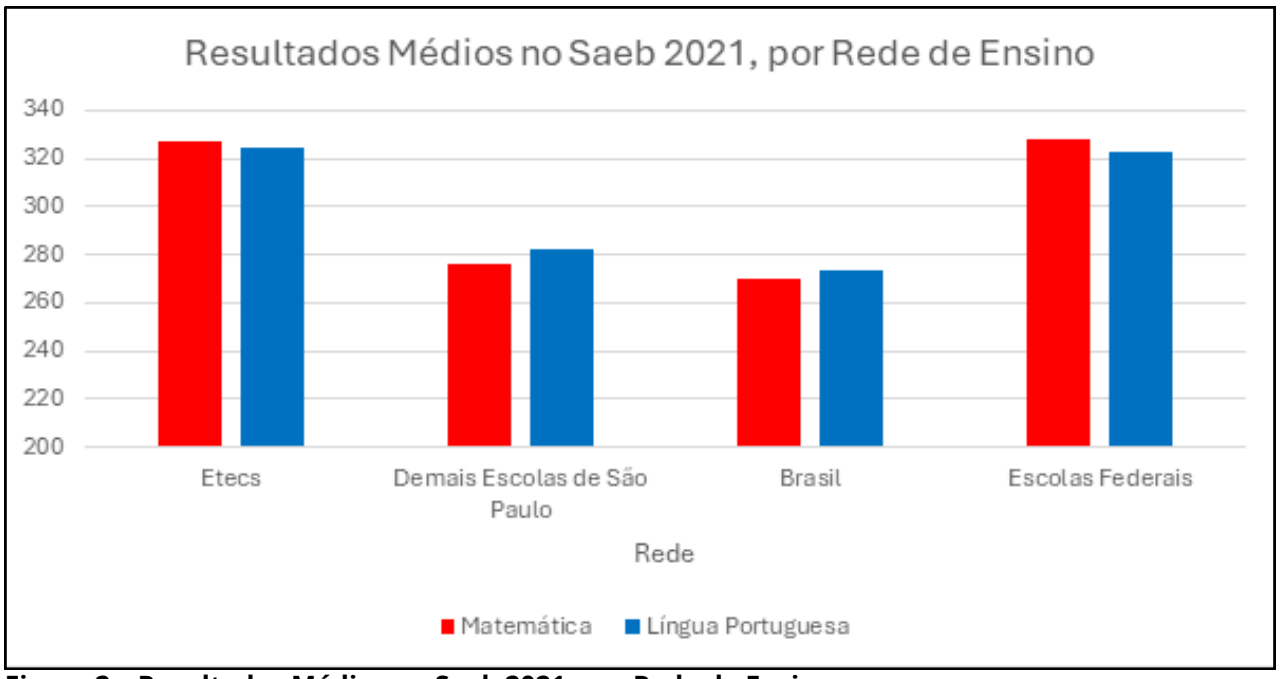


Figura 2 – Resultados Médios no Saeb 2021, por Rede de Ensino.
Elaboração com dados do Relatório de Gestão 2020–2024. Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

A Expansão das Fatecs

As Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs), vinculadas ao CEETEPS, cresceram significativamente a partir dos anos 2000, interiorizando o ensino superior tecnológico e respondendo a demandas locais por formação qualificada. Hoje, são 83 unidades distribuídas em 76 municípios.

Esse processo de expansão se reflete no aumento expressivo de matrículas: o número de estudantes nas Fatecs já supera o registrado em instituições como a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), como mostra a figura a seguir.

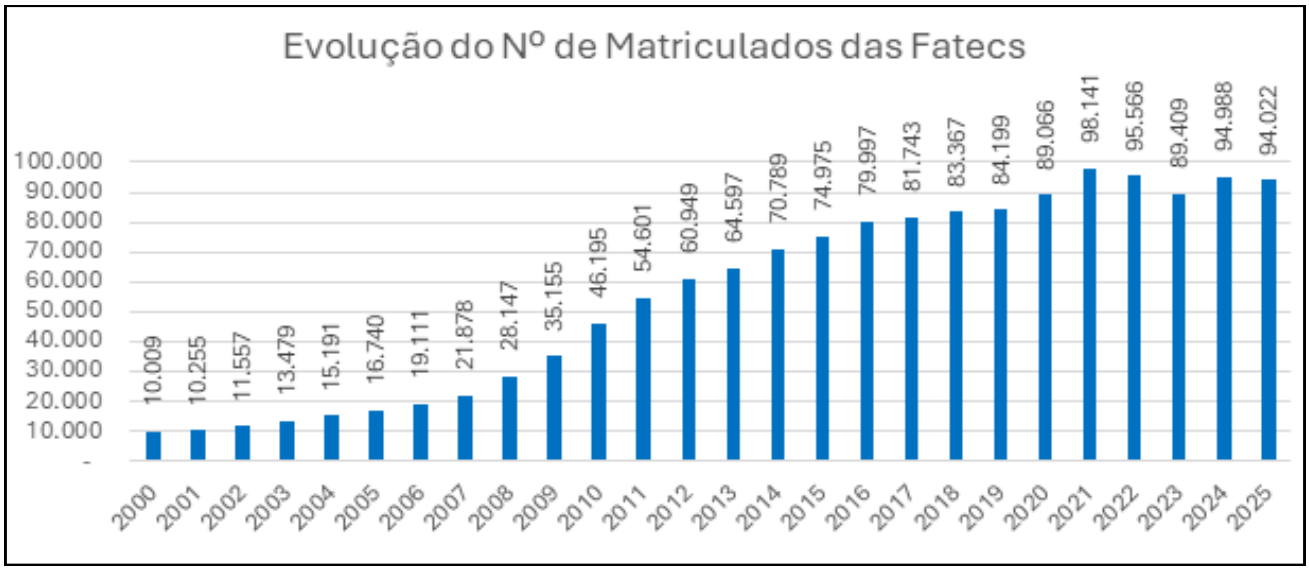


Figura 3 – Evolução do Nº de Matriculados das Fatecs.
Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Nesse contexto, destaca-se o programa Articulação Médio Superior (AMS), que permite aos estudantes concluírem, em cinco anos, os ensinos médio, técnico e superior tecnológico, com formação integrada em diferentes eixos tecnológicos.

A Força da Univesp no Contexto Público do EaD

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) tem se consolidado como uma das principais estratégias de expansão e interiorização do ensino superior público em São Paulo. Criada em 2012, com crescimento expressivo a partir de 2015, a universidade virtual contribuiu de forma decisiva para manter estável a participação do setor público nas matrículas de graduação, mesmo diante da forte expansão do setor privado.

Organizada em três grandes eixos de formação (Licenciaturas, Computação, e Negócios e Produção), a Univesp chegou a 79 mil matrículas em 2024. Como mostra a figura a seguir, a maioria dos concluintes está concentrada nas licenciaturas, o que reforça sua relevância na formação de professores para a rede pública. A ampliação da oferta de cursos, aliada a políticas de permanência como bolsas estudantis e novas licenciaturas em Computação e Libras, tem fortalecido sua contribuição para a democratização do acesso ao ensino superior no estado.

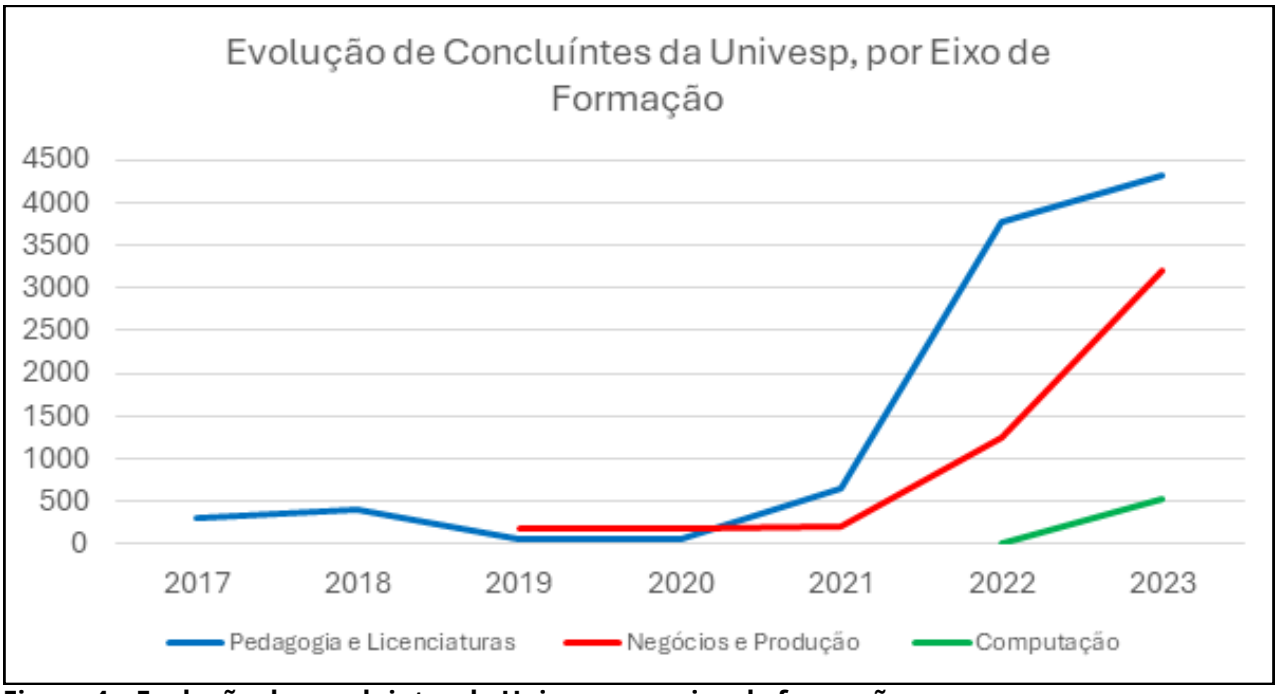


Figura 4 – Evolução de concluintes da Univesp, por eixo de formação.
Elaboração com dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Censo da Educação Superior, INEP.

Expansão do Ensino Superior e Predominância do EaD Privado

No Brasil, o ensino superior cresceu rapidamente nas últimas décadas, impulsionado pelo setor privado e pela expansão da educação do EaD. A Figura 5 mostra que a maior parte das matrículas está hoje concentrada em instituições privadas, sobretudo com fins lucrativos, enquanto o setor público cresceu de forma mais contida.

Esse cenário nacional revela uma expansão quantitativa sem garantia de qualidade, especialmente no EaD, e levanta preocupações sobre a capacidade do sistema em promover inclusão e formar profissionais com preparo adequado.

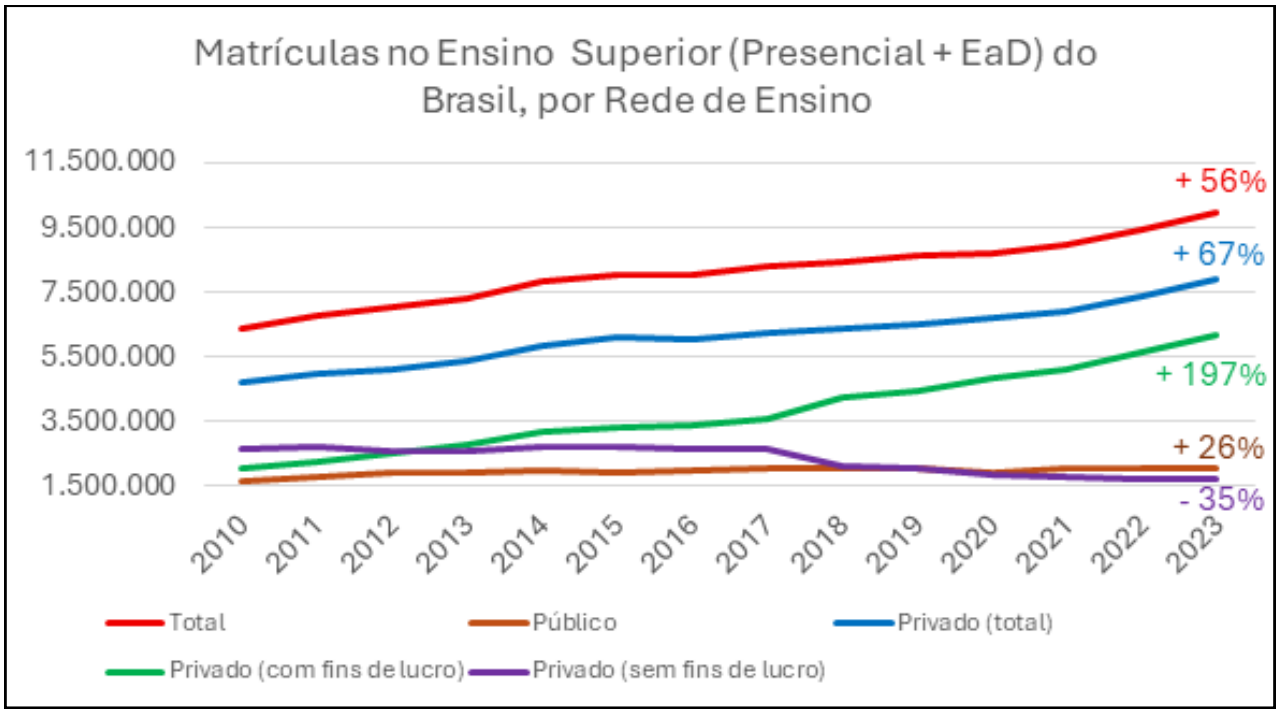


Figura 5 – Matrículas no ensino superior (presencial + EaD) do Brasil, por rede de ensino.
Os números representam o crescimento das curvas, em %, entre 2010 e 2023. Note que a escala vertical não se inicia no zero, para facilitar a visualização. Fonte: Painel Estatístico do Censo da Educação Superior / INEP.

Impacto da Autonomia: Produtividade das Universidades Estaduais Paulistas

A autonomia universitária, estabelecida em 1989, consolidou um modelo de gestão que fortaleceu a capacidade institucional das universidades estaduais paulistas. Com repasses estáveis vinculados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e liberdade administrativa, financeira, patrimonial e didático-científica, Universidade de São Paulo

(USP), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) avançaram de forma expressiva na formação de mestres e doutores, na produção científica e na ampliação do número de matrículas.

Como mostra a Figura 6, o número de estudantes de graduação e pós-graduação nas universidades estaduais paulistas cresceu de forma robusta nas últimas décadas.

Esse avanço foi acompanhado por um quadro docente praticamente estável, com leve redução no número total de professores, evidenciando um expressivo aumento da produtividade acadêmica.

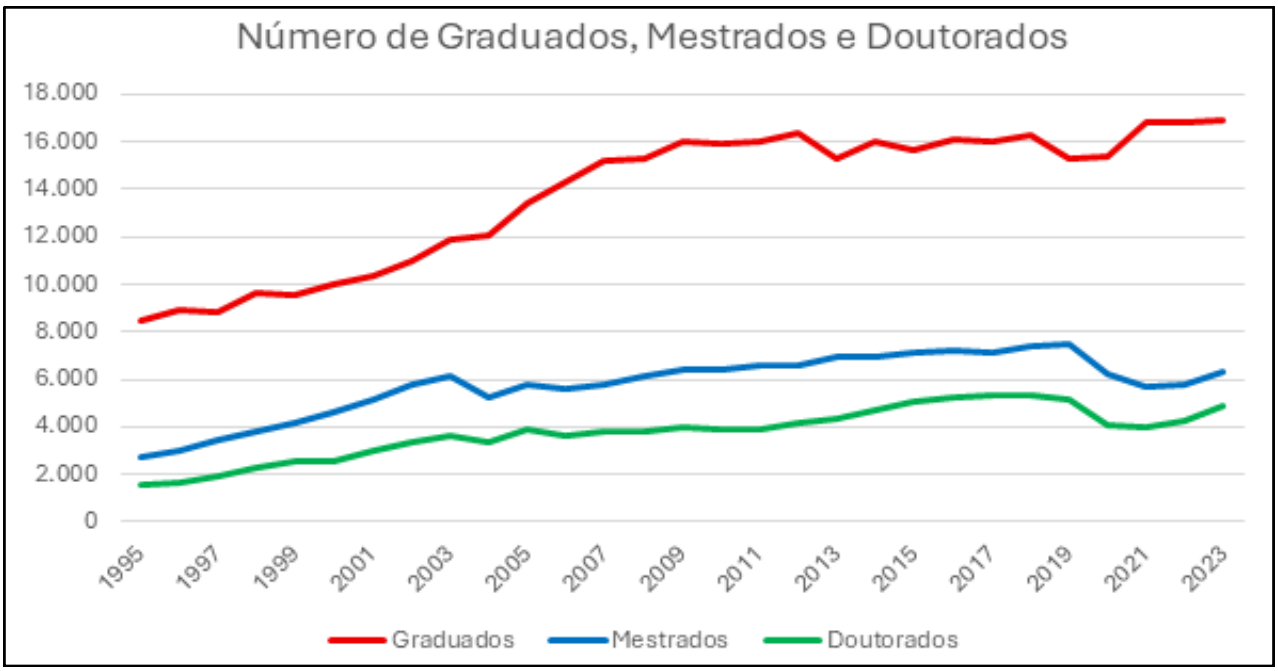


Figura 6 – Número de graduados, mestrados e doutorados nas universidades estaduais paulistas.
A figura apresenta também o respectivo crescimento percentual entre 1995 e 2023. Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Anuários das universidades estaduais paulistas.

Entre 1995 e 2023, por exemplo, a formação de mestres e doutores cresceu 697,1%, refletindo o fortalecimento da pós-graduação no período. Além disso, os avanços na produção e divulgação científica colocam as universidades estaduais paulistas em patamares comparáveis aos de instituições públicas de excelência na América do Norte e Europa.

A sub-representação das universidades federais e do ensino técnico federal em São Paulo

O sistema federal de ensino superior e técnico de nível médio no Brasil responde por um volume expressivo de matrículas públicas em todo o território nacional. No entanto, a participação das universidades e dos institutos federais no Estado de São Paulo é muito inferior à média nacional, configurando uma distorção relevante no sistema público brasileiro.

Essa baixa presença se evidencia no número de matrículas por 100 mil habitantes. Como mostra a Figura 7, São Paulo registra de 136 matrículas em instituições federais para cada 100 mil habitantes, valor muito inferior à média nacional de (625). A rede estadual, por sua vez, alcança 574 matrículas por 100 mil habitantes, 4,2 vezes mais que a federal.

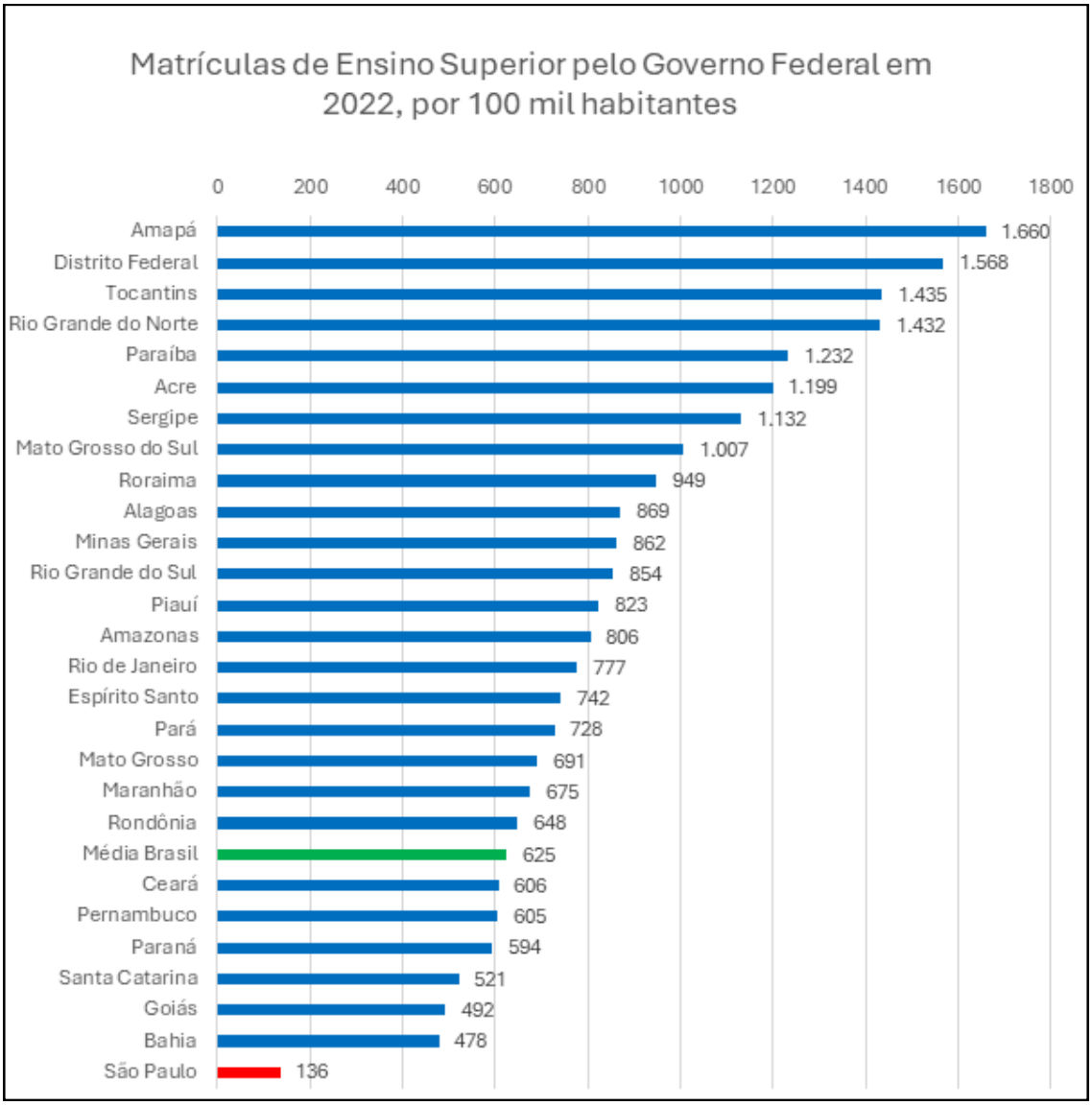


Figura 7 – Matrículas de Ensino Superior Ofertadas pelo Governo Federal em 2022, por 100 mil habitantes.

Fonte: Censo Escolar do Ensino Superior / INEP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Enquanto a rede federal oferta 625 matrículas por 100 mil habitantes, as redes estaduais em conjunto ofertam 271, o que representa uma presença federal aproximadamente 2,3 vezes maior.

No ensino técnico-profissional, a disparidade também é evidente. Segundo a Figura 8, enquanto a média nacional é de 248 matrículas federais por 100 mil habitantes, São Paulo registra apenas 55 (4,5 vezes menos). Em contraste, a rede estadual alcança 514 matrículas, 9,3 vezes mais que a federal.

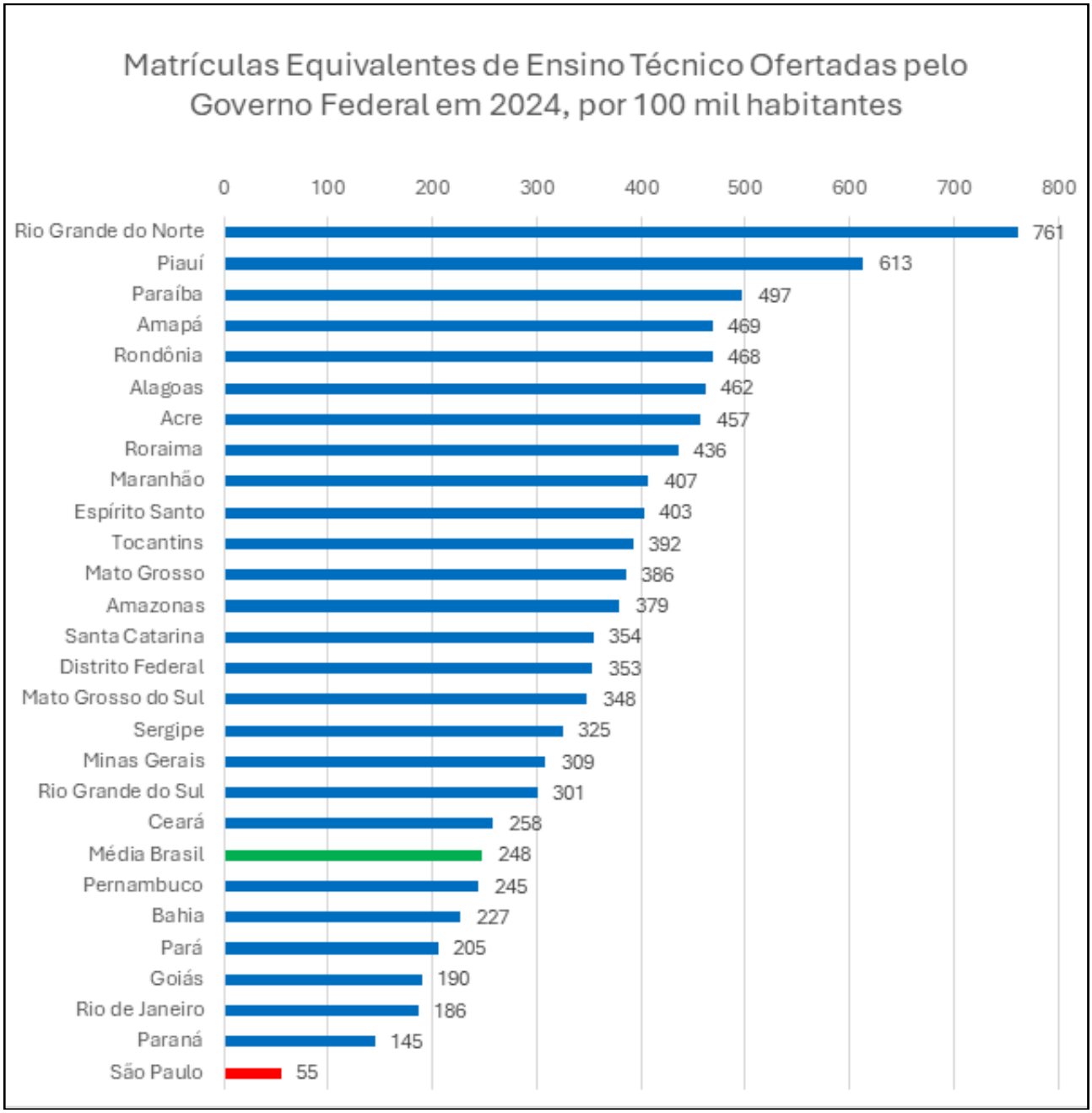


Figura 8 – Matrículas Equivalentes de Ensino Técnico Ofertadas pelo Governo Federal em 2024, por 100 mil habitantes.

Nota: Matrículas equivalentes são estimativas padronizadas baseadas em uma carga horária anual de 800 horas, utilizadas para permitir comparações entre cursos e instituições da Rede Federal. Fonte: Plataforma Nilo Peçanha / INEP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Quais desafios precisamos enfrentar?

O fortalecimento do ensino técnico e superior exige o enfrentamento de obstáculos que limitam sua expansão com qualidade, equidade e sustentabilidade.

Este capítulo identifica seis grandes desafios que impactam o sistema educacional paulista.

Qualidade do ensino nas redes pública e privada

A expansão do ensino superior no Brasil tem sido marcada por um crescimento expressivo da modalidade a distância, especialmente no setor privado com fins lucrativos. Entre 2015 e 2023, as matrículas em cursos de Educação a Distância (EaD) mais que dobraram, ultrapassando 4,7 milhões, enquanto as presenciais diminuíram. Embora represente ganho de escala, esse avanço levanta preocupações sobre a qualidade dos cursos, a formação docente e o acompanhamento pedagógico, especialmente em áreas como as licenciaturas.

No setor público, as universidades estaduais (Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp) apresentam padrões consolidados de excelência, especialmente em pesquisa e pós-graduação. Já instituições como as Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs) e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), com perfis distintos voltados à formação tecnológica e à educação a distância, respectivamente, enfrentam desafios próprios da expansão recente, como a valorização docente, o fortalecimento da infraestrutura e a consolidação de políticas de permanência.

Em resposta às fragilidades do EaD, o Governo Federal publicou o Decreto nº 12.456/2025, que restringe a modalidade em áreas sensíveis, como medicina, direito e enfermagem, e exige que as licenciaturas adotem modelo semipresencial com ao menos 30% de carga horária presencial. Apesar da intenção de elevar a qualidade, a medida pode inviabilizar instituições públicas como a Univesp e não resolve as distorções presentes também no ensino presencial de baixa qualidade.

Formação e valorização docente

A formação de professores é uma das bases para o aprimoramento da qualidade educacional. A qualificação docente impacta diretamente os resultados da educação básica, que, por sua vez, influenciam o

desempenho dos estudantes no ensino técnico e superior. Portanto, fortalecer esse ciclo é essencial para elevar a qualidade do sistema como um todo.

Hoje, mais de 60% das licenciaturas no Brasil são ofertadas na modalidade a distância. Esse cenário exige atenção redobrada à qualidade formativa. A Univesp tem assumido papel estratégico nesse contexto, com a oferta de cursos em pedagogia, letras e matemática.

Na rede estadual paulista, apenas cerca de 65% dos docentes do ensino médio possuem formação específica na área em que lecionam, um indicador estável desde 2014. Esse dado reforça a necessidade de ações consistentes em formação inicial e continuada. Embora algumas iniciativas de qualificação já estejam em curso (como programas de atualização e especialização em gestão escolar e metodologias de ensino), é fundamental ampliar o alcance e a articulação dessas ações.

As Fatecs podem contribuir nesse esforço, oferecendo infraestrutura e parcerias com redes escolares que favoreçam a formação técnica e prática dos docentes.

Por fim, valorizar a docência vai além da formação: envolve oferecer condições adequadas de trabalho, reconhecimento da carreira e incentivos à qualificação. Esses fatores são decisivos para a atratividade da profissão, a permanência no magistério e a melhoria da aprendizagem nas salas de aula.

Permanência estudantil

Apesar dos avanços no acesso ao ensino técnico e superior em São Paulo, garantir que os estudantes permaneçam e concluam seus cursos segue como um dos principais desafios para consolidar o papel transformador da educação pública. Instituições como USP, Unicamp, Unesp e outras redes públicas enfrentam dificuldades semelhantes: muitos alunos interrompem a trajetória por razões econômicas, familiares, acadêmicas ou emocionais, especialmente entre os de baixa renda, moradores de regiões periféricas e os primeiros da família a ingressar no ensino superior.

Em São Paulo, os dados da USP, Unicamp e Unesp mostram que uma parcela relevante dos estudantes que ingressam no ensino superior interrompe seus estudos ao longo dos primeiros anos após o ingresso. Entre os alunos que ingressaram em 2015, 31% haviam desistido após cinco anos.

Para os ingressantes de 2017, a taxa acumulada de desistência em cinco anos alcançou 25%, e entre os estudantes que ingressaram em 2019, esse percentual chegou a cerca de 28%. A evasão é mais elevada no ensino a distância. Na Univesp, aproximadamente 52% dos ingressantes de 2020 evadiram após quatro anos.

A criação de condições de permanência é essencial para promover equidade. Auxílios financeiros, moradia, transporte e apoio psicológico são fundamentais, mas precisam ser integrados a ações acadêmicas, como tutoria, acolhimento e currículos mais conectados às realidades dos estudantes.

A evasão representa a quebra de um projeto de vida e reflete desigualdades raciais e de gênero. A taxa de ensino superior completo é menor entre negros, pardos e homens, o que reforça a importância de políticas sensíveis às múltiplas dimensões da desigualdade social.

Desigualdades territoriais e de acesso ao ensino superior

Apesar dos avanços na expansão do ensino superior público em São Paulo, sua distribuição territorial segue marcada por desigualdades. A maioria das instituições e das vagas presenciais ainda se concentra nas regiões metropolitanas e em cidades de maior porte, enquanto muitas áreas do interior permanecem com baixa cobertura.

A Unesp adota um modelo multicampi com 34 unidades em 24 municípios. A USP mantém sete campi, majoritariamente na capital e em grandes centros urbanos, e a Unicamp está concentrada em Campinas, com unidades adicionais em Limeira, Piracicaba e Paulínia. Ainda que tenham avançado em inclusão, essas universidades mantêm presença restrita a poucos municípios.

Nesse cenário, a Univesp exerce papel relevante na interiorização por meio da educação a distância. Com 424 polos em 370 municípios, atinge 57% do território paulista e mais de 92% da população. No entanto, sua capilaridade enfrenta limites relacionados à infraestrutura, conectividade e suporte pedagógico nos polos.

As Fatecs, ligadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), também contribuem para a interiorização, com 83 unidades em 76 municípios. Ainda assim, sua distribuição permanece concentrada em eixos urbanos e industriais.

Superar essas desigualdades requer não só ampliar a presença territorial, mas também qualificar os polos

existentes, com infraestrutura adequada, apoio estudantil e integração efetiva com os territórios.

Integração entre Ensino Médio, Técnico e Superior

A integração entre as etapas do ensino médio, técnico e superior é um desafio estratégico para qualificar a formação educacional e alinhar os percursos formativos às demandas sociais e econômicas. Superar a fragmentação entre níveis de ensino e entes federativos exige políticas articuladas e estratégias colaborativas.

Uma das principais iniciativas em curso é o programa Articulação Ensino Médio e Superior (AMS), do CEETEPS, que permite que estudantes das Etecs ingressem em cursos das Fatecs e concluam, em cinco anos, o ensino médio, técnico e superior. O programa cresceu rapidamente: de 1.223 alunos em 2020 para mais de 7 mil em 2025.

Outros avanços incluem mudanças curriculares orientadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estimulam trajetórias integradas desde o ensino médio, e a ampliação da oferta de cursos de graduação em gestão, tecnologia e licenciaturas por instituições como a Univesp, reforçando a continuidade formativa dos egressos do ensino técnico.

Parcerias entre municípios e o CEETEPS também têm ampliado a oferta de cursos técnicos em escolas de ensino médio, como na capital paulista. Além disso, experiências de cooperação com o governo federal — especialmente por meio dos Institutos Federais — fortalecem a oferta de cursos integrados e programas de formação continuada.

Financiamento e Sustentabilidade

O sistema de ensino superior público de São Paulo tem características singulares no país. As universidades estaduais (USP, Unesp e Unicamp) são financiadas por uma porcentagem fixa da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), modelo garantido pelo Decreto da Autonomia desde 1989. Esse arranjo assegurou maior previsibilidade orçamentária e liberdade de gestão, criando condições favoráveis ao desenvolvimento do ensino, pesquisa, pós-graduação, inovação e extensão.

Essa estabilidade foi decisiva para o fortalecimento do sistema universitário paulista, hoje responsável por parcela significativa

da produção científica nacional. No entanto, o modelo enfrenta incertezas diante das mudanças no sistema tributário e da futura substituição do ICMS, o que impõe o desafio de garantir sustentabilidade e estabilidade no longo prazo.

Fatecs e Univesp, também financiadas com recursos estaduais, têm sido fundamentais na expansão do ensino superior tecnológico e da educação a distância. No entanto, estão mais expostas a variações orçamentárias, o que afeta a continuidade de programas, a expansão de vagas e a infraestrutura de apoio.

A crescente demanda por assistência estudantil, conectividade digital e inovação pedagógica exige investimentos regulares e consistentes. O debate sobre financiamento, portanto, não se limita ao volume de recursos, mas deve considerar sua previsibilidade, regularidade e adequação às transformações sociais e tecnológicas em curso.

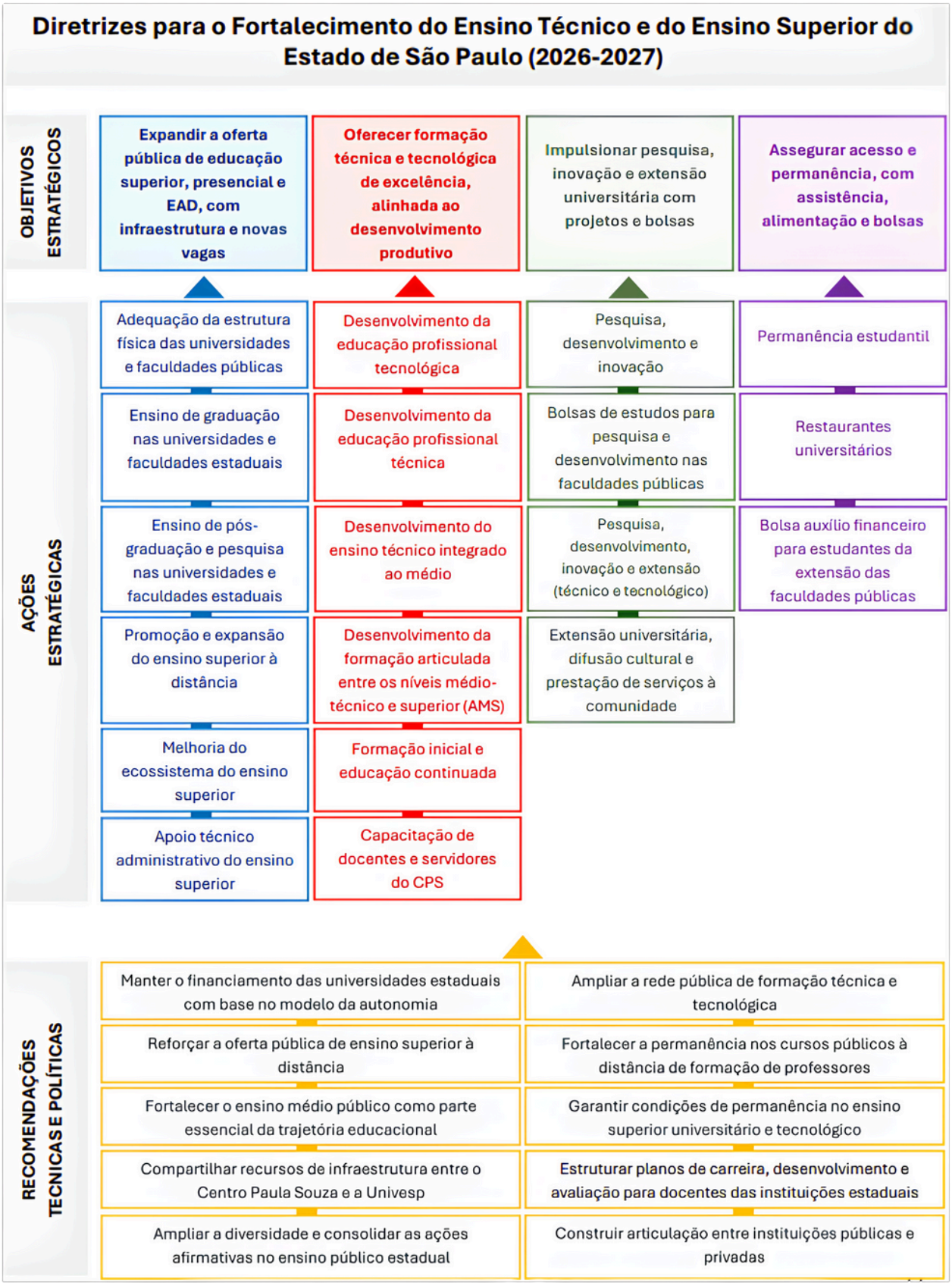
Onde estamos?

Este capítulo apresenta os caminhos para o fortalecimento do ensino técnico e superior em São Paulo entre 2026 e 2027. A partir do histórico recente, da situação atual e dos principais desafios identificados, delineiam-se diretrizes que orientam a atuação pública no curto e médio prazo. A seção está organizada em três partes: os objetivos estratégicos; recomendações técnicas e políticas; e o alinhamento com as ações do Plano Plurianual (PPA) do Estado.

É importante reconhecer que o período dessas diretrizes é curto para mudanças estruturais na educação. Por isso, espera-se a elaboração de novas diretrizes no próximo ciclo do PPA, com estratégias atualizadas que garantam continuidade às políticas públicas. Temas como empreendedorismo vinculado à produção de conhecimento e transição digital poderão ser incorporados nesse processo.

O capítulo começa com o Mapa Estratégico, que organiza de forma visual os principais objetivos, recomendações e ações que orientam as diretrizes apresentadas.

Mapa Estratégico



Objetivos Estratégicos

Esta seção apresenta os objetivos estratégicos que orientam as diretrizes propostas, com foco em temas estruturantes como qualidade do ensino, valorização docente, permanência estudantil, desigualdades territoriais e integração entre níveis educacionais.

Definidos a partir da Teoria da Mudança, os objetivos respondem a causas estruturais diagnosticadas no sistema educacional e articulam caminhos de transformação coerentes com as condições institucionais do Estado. Estão alinhados ao Plano Plurianual (2024–2027), especialmente ao objetivo de garantir acesso, permanência, qualidade e equidade na educação, além de dialogarem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Eles também orientam as recomendações técnicas e políticas da próxima seção, reforçando a articulação entre essas diretrizes e a prática da gestão pública.

1. Expandir a oferta pública de educação superior, presencial e EAD, com infraestrutura e novas vagas

Visa enfrentar a desigualdade territorial no acesso ao ensino superior e a excessiva dependência do setor privado, fortalecendo instituições públicas com infraestrutura adequada, ampliação de vagas e qualidade em todas as modalidades, inclusive na educação a distância.

Objetivos Sustentáveis da ONU relacionados ao objetivo:

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

2. Oferecer formação técnica e tecnológica de excelência, alinhada ao desenvolvimento produtivo

Busca fortalecer o papel do CEETEPS e ampliar a oferta de cursos técnicos e tecnológicos de qualidade, articulados às demandas regionais e às transformações do mercado de trabalho, promovendo inserção produtiva, redução de desigualdades e valorização docente.

Objetivos Sustentáveis da ONU relacionados ao objetivo:

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

3. Impulsionar pesquisa, inovação e extensão universitária com projetos e bolsas

Fortalece o papel das universidades na produção de conhecimento aplicado, inovação e extensão universitária, promovendo a articulação com os territórios, o empreendedorismo e a inserção de estudantes e pesquisadores em soluções que gerem impacto social, econômico e cultural.

Objetivos Sustentáveis da ONU relacionados ao objetivo:

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

4. Assegurar acesso e permanência, com assistência, alimentação e bolsas

Foca em garantir que estudantes ingressem, permaneçam e concluam sua formação, por meio de políticas estruturantes como bolsas, assistência estudantil, alimentação e apoio à extensão, enfrentando desigualdades sociais e reduzindo a evasão no ensino técnico e superior.

Objetivos Sustentáveis da ONU relacionados ao objetivo:

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Recomendações para orientar políticas públicas no setor educacional

As recomendações apresentadas resultam dos principais desafios mapeados e se conectam diretamente aos objetivos estratégicos propostos, oferecendo orientações técnicas e políticas para o fortalecimento do ensino técnico e superior público em São Paulo.

Organizadas por temas como valorização docente, permanência estudantil, ampliação qualificada do EaD e promoção da equidade, elas visam apoiar a formulação de políticas e ações que garantam acesso, qualidade e conclusão dos estudos em todo o Estado.

1. Manter o financiamento das universidades estaduais com base no modelo da autonomia

Preservar o modelo de financiamento das universidades estaduais com base na vinculação ao ICMS é essencial para garantir estabilidade, autonomia e excelência da USP, Unicamp e Unesp. Essa previsibilidade tem sido decisiva para os avanços em ensino, pesquisa e inovação, e deve ser mantida como base da sustentabilidade institucional, especialmente diante das mudanças no sistema tributário nacional.

2. Ampliar a rede pública de formação técnica e tecnológica

Diante da baixa presença federal e da necessidade de fortalecer a educação pós-média, recomenda-se expandir a atuação do CEETEPS com novas unidades, diversificação de cursos alinhados às vocações regionais e fortalecimento de infraestrutura e apoio estudantil. Essa ampliação reposiciona a formação técnica como eixo estratégico para a inclusão produtiva e o desenvolvimento regional em São Paulo.

3. Reforçar a oferta pública de ensino superior à distância

Recomenda-se ampliar e qualificar a atuação da Univesp como alternativa pública e de qualidade no ensino superior à distância, com investimentos em infraestrutura digital, equipes pedagógicas e valorização dos tutores. Diante do crescimento da EaD no setor privado com padrões questionáveis, fortalecer a Univesp é essencial para ampliar o acesso, com qualidade e capilaridade, em sintonia com as demandas dos territórios paulistas.

4. Fortalecer a permanência nos cursos à distância de formação de professores

Recomenda-se o fortalecimento da permanência nos cursos de licenciatura a distância, com bolsas, apoio pedagógico, acessibilidade digital e atendimento psicossocial, considerando os perfis diversos dos estudantes. Como principal instituição pública nessa modalidade, a Univesp deve ser apoiada institucionalmente para ampliar a formação de professores e garantir resultados mais consistentes em todo o estado.

5. Fortalecer o ensino médio público como parte essencial da trajetória educacional

Qualificar o ensino médio regular e técnico é essencial para garantir percursos educacionais mais integrados e ampliar o acesso ao ensino superior com equidade. Para isso, é necessário enfrentar a evasão, valorizar a carreira docente, investir em licenciaturas de qualidade e fortalecer a articulação entre etapas, reconhecendo o ensino médio como parte estratégica do sistema educacional paulista.

6. Garantir condições de permanência no ensino superior universitário e tecnológico

Garantir a permanência estudantil no ensino superior universitário e tecnológico exige políticas estruturadas de assistência, incluindo bolsas, alimentação, apoio psicossocial e ações acadêmicas como acompanhamento pedagógico.

Essas iniciativas devem considerar as particularidades institucionais, como no caso da Univesp, para assegurar que o ingresso se converta em conclusão e efetivas oportunidades de desenvolvimento.

7. Compartilhar recursos de infraestrutura entre o Centro Paula Souza e a Univesp

Diante das novas exigências da política nacional de EaD, recomenda-se que a Univesp compartilhe infraestrutura com as unidades do CEETEPS, especialmente Fatecs e, quando possível, Etecs. O uso conjunto de salas, laboratórios e bibliotecas qualificaria a experiência dos estudantes, ampliaria o uso eficiente de recursos públicos e fortaleceria a cooperação territorial entre as instituições estaduais.

8. Estruturar planos de carreira, desenvolvimento e avaliação para docentes das instituições estaduais

Recomenda-se a criação de planos de carreira e políticas de valorização para docentes das Fatecs, e de futuras instituições estaduais que venham a se organizar, com foco em estabilidade, desenvolvimento profissional e reconhecimento. Isso inclui programas de formação continuada, avaliação acadêmica e incentivo à excelência pedagógica — elementos fundamentais para atrair e manter profissionais qualificados comprometidos com a missão pública da educação.

9. Ampliar a diversidade e consolidar as ações afirmativas no ensino público estadual

Ampliar a diversidade e consolidar ações afirmativas no ensino público estadual é fundamental para promover equidade e fortalecer a representatividade nas instituições. Recomenda-se manter e expandir políticas de cotas para estudantes pretos, pardos e indígenas, além de estender essas ações a programas de pós-graduação e concursos para docentes e técnicos, assegurando um ambiente acadêmico mais plural e conectado com os desafios sociais.

10. Construir articulação entre instituições públicas e privadas

Promover articulação entre instituições públicas e privadas é fundamental para fortalecer o sistema de ensino superior como um ecossistema integrado. A recomendação propõe a construção de estratégias conjuntas de expansão, qualificação e monitoramento, com metas e indicadores compartilhados, respeitando a diversidade institucional e otimizando recursos para ampliar o acesso e a qualidade da formação.

Ações estratégicas, indicadores e metas

Esta seção evidencia como os objetivos estratégicos propostos se articulam com ações, indicadores e metas já previstas no Plano Plurianual (2024–2027) do Estado de São Paulo.

Ao mapear correspondências temáticas e institucionais, demonstra-se que parte das diretrizes pode ser implementada com base em instrumentos existentes, facilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados.

Objetivo Estratégico 1: Expandir a oferta pública de educação superior, presencial e EAD, com infraestrutura e novas vagas

Ações estratégicas do PPA que contribuem para a realização do objetivo:

1. Adequação da estrutura física das universidades e faculdades públicas.
2. Ensino de graduação nas universidades e faculdades estaduais.
3. Ensino de pós-graduação e pesquisa nas universidades e faculdades estaduais.
4. Promoção e expansão do ensino superior à distância.
5. Melhoria do ecossistema do ensino superior.
6. Apoio técnico administrativo do ensino superior.

Os indicadores a seguir, extraídos do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, foram selecionados para monitorar o cumprimento deste objetivo estratégico, permitindo a avaliação de sua implementação ao longo do período[1,2]:

Tabela 2 – Indicadores estratégicos e metas para o Objetivo Estratégico nº 1: expandir a oferta pública de educação superior, presencial e a distância, com infraestrutura e novas vagas.
Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Governo do Estado de São Paulo.

Indicador Estratégico	Fonte	2026	2027
Número de vagas em cursos de graduação por mil habitantes (presenciais e EAD)[3]	Censo Escolar do Inep	1,83	1,86
Número de alunos matriculados na graduação/ano	USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP	120.850	120.900
Número de alunos matriculados no ensino de pós-graduação/ano	USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP	70.767	71.117
Número de alunos matriculados/ano nos cursos de graduação à distância	UNIVESP	101.940	106.300
Número de alunos matriculados na graduação e pós-graduação/ano	USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA, FAMERP e UNIVESP	293.557	298.317
Número de alunos concluintes da graduação	USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP	17.200	17.250
Número de alunos concluintes nos cursos de graduação à distância	UNIVESP	11.000	12.000

1 - Complementando os indicadores apresentados, e ainda vinculados ao objetivo estratégico de "expandir a oferta pública de educação superior, presencial e a distância, com infraestrutura e novas vagas", o PPA também contempla os seguintes indicadores relevantes para o monitoramento das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado. Indicador do programa "ensino superior no estado de São Paulo": número de novas vagas no ensino de graduação a distância (UNIVESP). Indicadores de produtos: área das universidades e faculdades estaduais paulistas construídas (USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP); áreas de adequação ou reforma da estrutura física das universidades e faculdades públicas (USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP); número de mestres e doutores titulados no ensino superior (USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP). 2 - Os indicadores de alunos matriculados referem-se ao número total de estudantes com registros ativos de matrícula nos cursos de graduação ou pós-graduação, conforme declarados pelas instituições no respectivo ano. Não se trata da quantidade de vagas ofertadas nem do número de matrículas realizadas em disciplinas ou semestres específicos, mas sim do contingente de alunos formalmente vinculados a um curso, com matrícula válida no período considerado. 3 - O indicador refere-se à oferta anual de vagas em cursos de graduação das universidades estaduais paulistas, considerando modalidades presenciais e a distância

Objetivo Estratégico 2: Oferecer formação técnica e tecnológica de excelência, alinhada ao desenvolvimento produtivo

Ações estratégicas do PPA que contribuem para a realização do objetivo:

1. Desenvolvimento da educação profissional tecnológica.
2. Desenvolvimento da educação profissional técnica.
3. Desenvolvimento do ensino técnico integrado ao médio.
4. Desenvolvimento da formação articulada entre os níveis médio-técnico e superior (AMS).
5. Formação inicial e educação continuada.
6. Capacitação de docentes e servidores do CEETEPS.

A seleção de indicadores abaixo, com base no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, tem por objetivo apoiar o acompanhamento da execução deste objetivo estratégico, contribuindo para o monitoramento de seus resultados ao longo dos próximos anos[4]:

4 - Além dos indicadores já destacados, o PPA também contempla os seguintes indicadores relevantes para o monitoramento das ações relacionadas ao objetivo estratégico de "oferecer formação técnica e tecnológica de excelência, alinhada ao desenvolvimento produtivo". Indicador do programa "educação profissional técnica e tecnológica": número de concluintes de cursos de formação inicial e educação continuada oferecidos pelo CPS. Indicadores de produtos: número de vagas ofertadas no vestibular para o ensino tecnológico do CPS; número de vagas ofertadas no vestibulinho para o ensino técnico (CPS); número de vagas ofertadas no vestibulinho para o ensino técnico integrado ao médio do CPS; número de vagas ofertadas no vestibulinho para a formação profissional articulada entre os níveis médio técnico e superior (AMS) do CPS; número de municípios atendidos com cursos de formação inicial e educação continuada oferecidos pelo CPS; número de vagas ofertadas nas atividades e cursos de capacitação para profissionais do CPS; número de certificados emitidos para profissionais do CPS capacitados.

Tabela 3 – Indicadores estratégicos e metas para o Objetivo Estratégico nº 2: oferecer formação técnica e tecnológica de excelência, alinhada ao desenvolvimento produtivo.
Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Governo do Estado de São Paulo.

Indicador Estratégico (em unidades)	**Fonte**	**2026**	**2027**
Número de matrículas no ensino técnico oferecido pelo CPS	Centro Paula Souza	77.768	65.308
Número de matrículas no ensino técnico integrado ao médio oferecidas pelo CPS	Centro Paula Souza	162.420	173.485
Número de matrículas na formação profissional articulada entre os níveis médio-técnico e superior (AMS) do CPS	Centro Paula Souza	13.854	17.644
Número de matrículas no Ensino tecnológico oferecido pelo CPS	Centro Paula Souza	96.461	98.965
Número de matrículas na formação inicial e educação continuada	Centro Paula Souza	7.500	8.000
Número de concluintes nas faculdades de tecnologia (FATECS) do CPS	Centro Paula Souza	14.150	14.750
Número de concluintes nas escolas técnicas estaduais (ETECS) do CPS	Centro Paula Souza	86.824	86.233

Tabela 4 – Indicador complementar, elaborado a partir da consolidação de dados do PPA, referente ao número total de matrículas no ensino técnico.
Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Governo do Estado de São Paulo.

Indicador Estratégico	**Fonte**	**2026**	**2027**
Número total de matrículas no ensino técnico	Centro Paula Souza	254.042	256.437

Objetivo Estratégico 3: Impulsionar pesquisa, inovação e extensão universitária com projetos e bolsas

Ações estratégicas do PPA que contribuem para a realização do objetivo:

1. Pesquisa, desenvolvimento e inovação.
2. Bolsas de estudos para pesquisa e desenvolvimento nas faculdades públicas.
3. Pesquisa, desenvolvimento, inovação e extensão (ensino técnico e tecnológico).
4. Extensão universitária, difusão cultural e prestação de serviços à comunidade.

Com base no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, os indicadores a seguir foram definidos para mensurar a efetividade das ações previstas neste objetivo estratégico e permitir o acompanhamento de sua evolução no período[5]:

Tabela 5 – Indicadores estratégicos e metas para o Objetivo Estratégico nº 3: impulsionar pesquisa, inovação e extensão universitária, com projetos e bolsas.
Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Governo do Estado de São Paulo.

Indicador Estratégico (em unidades)	**Fonte**	**2026**	**2027**
Número de publicações indexadas por docente	USP, UNICAMP e UNESP	2,93	2,93
Número de docentes e discentes em projetos de desenvolvimento, pesquisa, inovação e extensão (CPS)	Centro Paula Souza	44.536	45.432
Número de alunos matriculados na extensão universitária e em serviços à comunidade	USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP	54.630	55.170

5 - No contexto do objetivo estratégico de "impulsionar a pesquisa, a inovação e a extensão universitária por meio de projetos e bolsas", o PPA reúne também indicadores complementares que contribuem para acompanhar as ações implementadas pelo Governo do Estado. Indicadores de produtos: número de alunos concluintes nos cursos de extensão universitária (USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP); número de patentes requeridas (depositadas) no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI (USP, UNICAMP e UNESP); número de projetos de desenvolvimento, pesquisa, inovação e extensão (CPS); Número de bolsas para pesquisa e desenvolvimento a estudantes da graduação (FAMEMA e FAMERP); número de visitantes em exposições e mostras do acervo (USP); número de mostras e exposições do acervo (USP).

Objetivo Estratégico 4: Assegurar acesso, permanência com assistência, alimentação e bolsas

Ações estratégicas do PPA que contribuem para a realização do objetivo:

1. Permanência estudantil.
2. Restaurantes universitários.
3. Bolsa auxílio financeiro para estudantes da extensão das faculdades públicas.

Os indicadores listados a seguir, extraídos do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, possibilitam acompanhar o avanço deste objetivo estratégico, orientando a avaliação de alcance até 2027:

Tabela 6 – Indicadores estratégicos e metas para o Objetivo Estratégico nº 4: assegurar o acesso e a permanência estudantil, por meio de assistência estudantil, alimentação e bolsas.
Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Governo do Estado de São Paulo.

Indicador Estratégico	Fonte	2026	2027
Número de alunos atendidos com bolsas, programas e auxílios para permanência estudantil (em unidade)	USP, UNESP, UNICAMP, FAMEMA e FAMERP	38.914	39.164
Percentual de bolsas e auxílios oferecidos por demanda recebida (em porcentagem)	USP, UNESP, UNICAMP, FAMEMA e FAMERP	84	84
Número de refeições servidas nos restaurantes universitários (em unidade)	USP e UNICAMP	8.400.000	8.425.000

6 - Para o objetivo estratégico de "assegurar acesso, permanência e qualificação por meio de assistência estudantil, alimentação, bolsas e cursos rápidos", o PPA inclui indicadores adicionais que reforçam o acompanhamento das iniciativas voltadas à equidade e ao apoio integral aos estudantes. Indicadores de produtos: número de refeições servidas por aluno (USP e UNICAMP); número de bolsas para pesquisa e desenvolvimento a estudantes da graduação (FAMEMA e FAMERP); número de alunos atendidos com bolsas para pesquisa e desenvolvimento (FAMEMA e FAMERP); número de alunos atendidos com bolsas auxílio financeiro em relação aos matriculados na extensão (FAMEMA e FAMERP); Número de bolsas auxílio financeiro para estudantes da extensão para estudantes matriculados na extensão para qualificação e fomento da relação com as comunidades acadêmica e externa (FAMEMA e FAMERP).

Secretaria de
Ciência, Tecnologia e Inovação

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS